Proc: 185/2017 DATA: 26/06/2017 Hrs. 09:15
Int: ASIEL BEZERRA
Obs: ENCAMINHA PARA TRAMITACAO E APROVACAO O PROJETO DE LEI N 1.915/2017, QUE ATUALIZA

Alta Floresta/MT, 23 de junho de 2017.

**OFÍCIO Nº. 196/2017/GP**

Senhor Presidente,

Vimos, por intermédio deste, à presença de Vossa Excelência, encaminhar para tramitação e aprovação o Projeto de Lei n.º 1.915/2017, que em súmula: **"ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES CONSTANTES NO ARTIGO Nº 23 DA LEI Nº 8.666/93, COM BASE NO INDEXADOR IGP-M, OS QUAIS PASSAM A VIGORAR NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Contando com sua habitual atenção, esperamos que seja o presente Projeto de Lei analisado, obtendo deliberação favorável em sua íntegra.

Sendo o que tinha para o momento, colocamo-nos a disposição para posteriores esclarecimentos e reitero protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

**ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**
**Prefeito Municipal**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
**Vereador EMERSON SAIS MACHADO**
Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
ALTA FLORESTA – MT

Proc: 185/2017 DATA: 26/06/2017 Hrs 09:15
Int: ASIEL BEZERRA
Obs: ENCAMINHA PARA TRAMITACAO E APROVACAO O PROJETO DE LEI N 1.915/2017, QUE ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES

**PROJETO DE LEI Nº 1.915/2017**

**SÚMULA: "ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES CONSTANTES NO ARTIGO N° 23 DA LEI N° 8.666/93, COM BASE NO INDEXADOR IGP-M, OS QUAIS PASSAM A VIGORAR NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".**

**Autoria: Executivo Municipal**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,**

**Art. 1º** - As modalidades de licitação constantes no art. 23 da Lei n° 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R$ 661.000,00 (seiscentos e sessenta e um mil reais);

b) tomada de preços - até R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais);

c) concorrência: acima de R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais);

b) tomada de preços - até R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

c) concorrência - acima de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

**Art. 2º** - É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

**Art. 3º** - Os valores constantes desta lei poderão ser atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Proc: 185/2017 DATA: 26/06/2017 Hrs 09:15
Int: ASIEL BEZERRA
Obs: ENCAMINHA PARA TRAMITACAO E APROVACAO O PROJETO DE LEI N 1.915/2017, QUE ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES

**Art. 4º** - É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT**
Em 23 de junho de 2017.

**ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**
Prefeito Municipal

Proc: 185/2017 DATA: 26/06/2017 Hrs 09:15
Int: ASIEL BEZERRA
Obs: ENCAMINHA PARA TRAMITACAO E APROVACAO O PROJETO DE LEI N. 1.915/2017, QUE ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES.

**JUSTIFICATIVA**

Apraz-nos encaminhar a Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso Projeto de Lei n.º 1.915/2017, de nossa iniciativa, que em súmula: **"Atualiza monetariamente e fixa os valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passam a vigorar nos procedimentos licitatórios realizados no Município de Alta Floresta – MT e dá outras providências".**

Os Municípios e os Estados podem, à luz da legislação em vigor, observando expressamente as modalidades licitatórias estabelecidas pela Lei 8666/93, definir por meio de lei novos valores limites ou promover a atualização dos valores limites atribuídos para cada uma das modalidades, tendo o IGP-M como indexador oficial.

A possibilidade de atualização dos valores foi objeto de discussão no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tendo este Tribunal julgado improcedente 14 (quatorze) ações diretas de inconstitucionalidade que, em síntese, pretendiam a declaração de inconstitucionalidade de leis municipais (como a presente) que atualizaram os valores dispostos na Lei de Licitações, tendo sido declaradas constitucionais tais leis municipais.

Para melhor elucidação VV. Exas., segue ementa de julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em 23.03.2017, nos autos da Ação Direta de Constitucionalidade nº 460/2016 - CLASSE CNJ – 95, oriunda da Comarca de Monte Verde (ementa anexa – a íntegra do acórdão poderá ser obtida junto ao site do TJ/MT e não fora anexada à presente por contar com 78 páginas).

> ***"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS DE MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES QUE ATUALIZARAM OS VALORES LIMITES DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS PREVISTOS NO ARTIGO 23 DA LEI 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS). CONCEITO DE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 193 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. ALEGADA USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVADA UNIÃO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÕES (CF, ART. 22, XXVII). AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE NAS NORMAS MUNICIPAIS IMPUGNADAS PORQUE PROMOVERAM MERA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES PREVISTOS***

Proc: 185/2017 DATA: 26/06/2017 Hrs 09:15
Int: ASIEL BEZERRA
Obs: ENCAMINHA PARA TRAMITACAO E APROVACAO O PROJETO DE LEI N. 1.915/2017, QUE ATUALIZA MONETARIAMENTE E FIXA OS VALORES

***NA LEI NACIONAL. CONCEITO DE FEDERAÇÃO. AUTORREGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL QUE TEM RESPALDO NAS AUTONOMIAS CONFERIDAS AOS ENTES FEDERADOS PELO ART. 18 DA CONSTITUÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVADO BRASIL. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DAS COLETIVIDADES AUTÔNOMAS."***

Este também foi o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, ao enfrentar consulta formulada a respeito da matéria (documento anexo), na qual entendeu pela possibilidade de definição de novos valores limites em cada modalidade licitatória, em razão dos mesmos terem sido fixados há quase 20 (vinte) anos.

Observa-se que a fixação de valores limites ou a sua atualização se enquadram no conceito de norma específica, também de competência dos entes federativos estaduais e municipais, não deve ser confundida com a norma geral de competência da União (Lei das Licitações), que define as modalidades licitatórias (concorrência pública, tomada de preços, convite, concurso, leilão e o pregão) e cria indexadores para atualização. Assim o município não esta criando valores ou índices, mas tão somente complementando e atualizando a Lei nº. 8.666/93.

Sobre a legalidade de o Poder Executivo Municipal atualizar os valores das modalidades licitatórias e a legalidade de o Município editar norma específica de licitação, seria isso possível em razão do Princípio da Autonomia de cada ente federativo. Assim, ante a realidade do nosso Município e com o intuito de dar mais mobilidade à gestão pública, se faz necessário o presente projeto de lei. 4

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis, que a matéria ora encaminhada, seja analisada e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Reiteramos as Vossas Excelências a nossa expressão de grande estima e apreço.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT**
**Em 23 de Junho de 2017.**

**ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO**
**Prefeito Municipal**

ANEXO I

| PERÍODO | IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%) | TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 05/207 |
|---|---|---|
| 06/1998 a 12/1998 | 1,78 | 340,9181900 |
| 01/1999 a 12/1999 | 20,10 | |
| 01/2000 a 12/2000 | 9,95 | |
| 01/2001 a 12/2001 | 10,38 | |
| 01/2002 a 12/2002 | 25,31 | |
| 01/2003 a 12/2003 | 8,71 | |
| 01/2004 a 12/2004 | 12,41 | |
| 01/2005 a 12/2005 | 1,21 | |
| 01/2006 a 12/2006 | 3,83 | |
| 01/2007 a 12/2007 | 7,75 | |
| 01/2008 a 12/2008 | 9,81 | |
| 01/2009 a 12/2009 | -1,72 | |
| 01/2010 a 12/2010 | 11,32 | |
| 01/2011 a 12/2011 | 5,10 | |
| 01/2012 a 12/2012 | 7,82 | |
| 01/2013 a 12/2013 | 5,51 | |
| 01/2014 a 12/2014 | 3,69 | |
| 01/2015 a 12/2015 | 10,54 | |
| 01/2016 a 12/2016 | 7,17 | |
| 01/2017 a 05/2017 | 1,57 | |

| MODALIDADE | VALOR R$ DESDE 1998 | ATUALIZADO R$ | ARRENDONDAMENTO R$ |
|---|---|---|---|
| Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei nº 8.666/93 | 15.000,00 | 66 137,73 | 66.000,00 |
| Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei nº. 8.666/93 | 8.000,00 | 35.273,46 | 35.000,00 |
| Convite - para obras e seviços de engenharia | 150.000,00 | 661 377,29 | 661 000,00 |
| Convite - para compras e seviços em geral | 80.000,00 | 352.734,55 | 352.000,00 |
| Tomada de Preços - para obras e seviços de engenharia | Até 1.500.000,00 | Até 6.613.772,85 | 6.600.000,00 |
| Tomada de Preços - para compras e seviços em geral | Até 650.000,00 | Até 2.865.968,24 | 2.800.000,00 |
| Concorrência - para obras e seviços de engenharia | Até 1 500 000,00 | Até 6 613 772,85 | 6 600 000,00 |
| Concorrência - para compras e seviços em geral | Até 650.000,00 | Até 2 865.968,24 | 2.800.000,00 |

Alta Floresta -MT, 26 de junho de 2017

Ademir Caioni
Contador Municipal

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Calculadora do cidadão

Acesso público
23/06/2017 - 11:32
[CALFW0302]

Início -> Calculadora do cidadão -> Correção de valores

## Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

### Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

**Dados informados**

| | | |
|---|---|---|
| Data inicial | | 06/1998 |
| Data final | | 05/2017 |
| Valor nominal | R$ 0,17 | ( REAL ) |

**Dados calculados**

| | | |
|---|---|---|
| Índice de correção no período | | 4,4091819 |
| Valor percentual correspondente | | 340,9181900 % |
| Valor corrigido na data final | R$ 0,75 | ( REAL ) |

## IGP-M

| Mês | Índice | Variação (%) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | No mês | No ano | 12 meses |
| agosto/1994 | 100,000 | ... | ... | ... |
| setembro/1994 | 101,751 | 1,75 | ... | ... |
| outubro/1994 | 103,602 | 1,82 | ... | ... |
| novembro/1994 | 106,553 | 2,85 | ... | ... |
| dezembro/1994 | 107,450 | 0,84 | ... | ... |
| janeiro/1995 | 108,442 | 0,92 | 0,92 | ... |
| fevereiro/1995 | 109,945 | 1,39 | 2,32 | ... |
| março/1995 | 111,178 | 1,12 | 3,47 | ... |
| abril/1995 | 113,518 | 2,10 | 5,65 | ... |
| maio/1995 | 114,171 | 0,58 | 6,26 | ... |
| junho/1995 | 116,984 | 2,46 | 8,87 | ... |
| julho/1995 | 119,114 | 1,82 | 10,86 | ... |
| agosto/1995 | 121,729 | 2,20 | 13,29 | 21,73 |
| setembro/1995 | 120,869 | -0,71 | 12,49 | 18,79 |
| outubro/1995 | 121,503 | 0,52 | 13,08 | 17,28 |
| novembro/1995 | 122,955 | 1,20 | 14,43 | 15,39 |
| dezembro/1995 | 123,833 | 0,71 | 15,25 | 15,25 |
| janeiro/1996 | 125,977 | 1,73 | 1,73 | 16,17 |
| fevereiro/1996 | 127,202 | 0,97 | 2,72 | 15,70 |
| março/1996 | 127,715 | 0,40 | 3,13 | 14,87 |
| abril/1996 | 128,130 | 0,32 | 3,47 | 12,87 |
| maio/1996 | 130,121 | 1,55 | 5,08 | 13,97 |
| junho/1996 | 131,445 | 1,02 | 6,15 | 12,36 |
| julho/1996 | 133,213 | 1,35 | 7,57 | 11,84 |
| agosto/1996 | 133,587 | 0,28 | 7,88 | 9,74 |
| setembro/1996 | 133,722 | 0,10 | 7,99 | 10,63 |
| outubro/1996 | 133,978 | 0,19 | 8,19 | 10,27 |
| novembro/1996 | 134,242 | 0,20 | 8,41 | 9,18 |
| dezembro/1996 | 135,225 | 0,73 | 9,20 | 9,20 |
| janeiro/1997 | 137,613 | 1,77 | 1,77 | 9,24 |
| fevereiro/1997 | 138,204 | 0,43 | 2,20 | 8,65 |
| março/1997 | 139,795 | 1,15 | 3,38 | 9,46 |
| abril/1997 | 140,742 | 0,68 | 4,08 | 9,84 |
| maio/1997 | 141,040 | 0,21 | 4,30 | 8,39 |
| junho/1997 | 142,090 | 0,74 | 5,08 | 8,10 |
| julho/1997 | 142,221 | 0,09 | 5,17 | 6,76 |
| agosto/1997 | 142,353 | 0,09 | 5,27 | 6,56 |
| setembro/1997 | 143,042 | 0,48 | 5,78 | 6,97 |
| outubro/1997 | 143,567 | 0,37 | 6,17 | 7,16 |
| novembro/1997 | 144,481 | 0,64 | 6,84 | 7,63 |
| dezembro/1997 | 145,695 | 0,84 | 7,74 | 7,74 |
| janeiro/1998 | 147,091 | 0,96 | 0,96 | 6,89 |
| fevereiro/1998 | 147,356 | 0,18 | 1,14 | 6,62 |
| março/1998 | 147,635 | 0,19 | 1,33 | 5,61 |
| abril/1998 | 147,821 | 0,13 | 1,46 | 5,03 |
| maio/1998 | 148,021 | 0,14 | 1,60 | 4,95 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| junho/1998 | 148,588 | 0,38 | 1,99 | 4,57 |
| julho/1998 | 148,339 | -0,17 | 1,81 | 4,30 |
| agosto/1998 | 148,109 | -0,16 | 1,66 | 4,04 |
| setembro/1998 | 147,984 | -0,08 | 1,57 | 3,45 |
| outubro/1998 | 148,100 | 0,08 | 1,65 | 3,16 |
| novembro/1998 | 147,628 | -0,32 | 1,33 | 2,18 |
| dezembro/1998 | 148,291 | 0,45 | 1,78 | 1,78 |
| janeiro/1999 | 149,533 | 0,84 | 0,84 | 1,66 |
| fevereiro/1999 | 154,933 | 3,61 | 4,48 | 5,14 |
| março/1999 | 159,325 | 2,83 | 7,44 | 7,92 |
| abril/1999 | 160,459 | 0,71 | 8,21 | 8,55 |
| maio/1999 | 159,996 | -0,29 | 7,89 | 8,09 |
| junho/1999 | 160,573 | 0,36 | 8,28 | 8,07 |
| julho/1999 | 163,060 | 1,55 | 9,96 | 9,92 |
| agosto/1999 | 165,603 | 1,56 | 11,67 | 11,81 |
| setembro/1999 | 167,997 | 1,45 | 13,29 | 13,52 |
| outubro/1999 | 170,861 | 1,70 | 15,22 | 15,37 |
| novembro/1999 | 174,939 | 2,39 | 17,97 | 18,50 |
| dezembro/1999 | 178,099 | 1,81 | 20,10 | 20,10 |
| janeiro/2000 | 180,301 | 1,24 | 1,24 | 20,58 |
| fevereiro/2000 | 180,935 | 0,35 | 1,59 | 16,78 |
| março/2000 | 181,214 | 0,15 | 1,75 | 13,74 |
| abril/2000 | 181,635 | 0,23 | 1,99 | 13,20 |
| maio/2000 | 182,189 | 0,31 | 2,30 | 13,87 |
| junho/2000 | 183,745 | 0,85 | 3,17 | 14,43 |
| julho/2000 | 186,634 | 1,57 | 4,79 | 14,46 |
| agosto/2000 | 191,087 | 2,39 | 7,29 | 15,39 |
| setembro/2000 | 193,297 | 1,16 | 8,53 | 15,06 |
| outubro/2000 | 194,040 | 0,38 | 8,95 | 13,57 |
| novembro/2000 | 194,599 | 0,29 | 9,26 | 11,24 |
| dezembro/2000 | 195,827 | 0,63 | 9,95 | 9,95 |
| janeiro/2001 | 197,045 | 0,62 | 0,62 | 9,29 |
| fevereiro/2001 | 197,491 | 0,23 | 0,85 | 9,15 |
| março/2001 | 198,606 | 0,56 | 1,42 | 9,60 |
| abril/2001 | 200,591 | 1,00 | 2,43 | 10,44 |
| maio/2001 | 202,324 | 0,86 | 3,32 | 11,05 |
| junho/2001 | 204,310 | 0,98 | 4,33 | 11,19 |
| julho/2001 | 207,341 | 1,48 | 5,88 | 11,09 |
| agosto/2001 | 210,211 | 1,38 | 7,35 | 10,01 |
| setembro/2001 | 210,853 | 0,31 | 7,67 | 9,08 |
| outubro/2001 | 213,339 | 1,18 | 8,94 | 9,95 |
| novembro/2001 | 215,685 | 1,10 | 10,14 | 10,84 |
| dezembro/2001 | 216,163 | 0,22 | 10,38 | 10,38 |
| janeiro/2002 | 216,944 | 0,36 | 0,36 | 10,10 |
| fevereiro/2002 | 217,074 | 0,06 | 0,42 | 9,92 |
| março/2002 | 217,276 | 0,09 | 0,51 | 9,40 |
| abril/2002 | 218,486 | 0,56 | 1,07 | 8,92 |
| maio/2002 | 220,292 | 0,83 | 1,91 | 8,88 |
| junho/2002 | 223,688 | 1,54 | 3,48 | 9,48 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| julho/2002 | 228,057 | 1,95 | 5,50 | 9,99 |
| agosto/2002 | 233,348 | 2,32 | 7,95 | 11,01 |
| setembro/2002 | 238,943 | 2,40 | 10,54 | 13,32 |
| outubro/2002 | 248,199 | 3,87 | 14,82 | 16,34 |
| novembro/2002 | 261,080 | 5,19 | 20,78 | 21,05 |
| dezembro/2002 | 270,867 | 3,75 | 25,31 | 25,31 |
| janeiro/2003 | 277,173 | 2,33 | 2,33 | 27,76 |
| fevereiro/2003 | 283,506 | 2,28 | 4,67 | 30,60 |
| março/2003 | 287,855 | 1,53 | 6,27 | 32,48 |
| abril/2003 | 290,512 | 0,92 | 7,25 | 32,97 |
| maio/2003 | 289,747 | -0,26 | 6,97 | 31,53 |
| junho/2003 | 286,843 | -1,00 | 5,90 | 28,23 |
| julho/2003 | 285,649 | -0,42 | 5,46 | 25,25 |
| agosto/2003 | 286,735 | 0,38 | 5,86 | 22,88 |
| setembro/2003 | 290,127 | 1,18 | 7,11 | 21,42 |
| outubro/2003 | 291,229 | 0,38 | 7,52 | 17,34 |
| novembro/2003 | 292,657 | 0,49 | 8,04 | 12,09 |
| dezembro/2003 | 294,455 | 0,61 | 8,71 | 8,71 |
| janeiro/2004 | 297,039 | 0,88 | 0,88 | 7,17 |
| fevereiro/2004 | 299,097 | 0,69 | 1,58 | 5,50 |
| março/2004 | 302,484 | 1,13 | 2,73 | 5,08 |
| abril/2004 | 306,151 | 1,21 | 3,97 | 5,38 |
| maio/2004 | 310,152 | 1,31 | 5,33 | 7,04 |
| junho/2004 | 314,419 | 1,38 | 6,78 | 9,61 |
| julho/2004 | 318,532 | 1,31 | 8,18 | 11,51 |
| agosto/2004 | 322,412 | 1,22 | 9,49 | 12,44 |
| setembro/2004 | 324,651 | 0,69 | 10,25 | 11,90 |
| outubro/2004 | 325,925 | 0,39 | 10,69 | 11,91 |
| novembro/2004 | 328,588 | 0,82 | 11,59 | 12,28 |
| dezembro/2004 | 331,005 | 0,74 | 12,41 | 12,41 |
| janeiro/2005 | 332,298 | 0,39 | 0,39 | 11,87 |
| fevereiro/2005 | 333,288 | 0,30 | 0,69 | 11,43 |
| março/2005 | 336,123 | 0,85 | 1,55 | 11,12 |
| abril/2005 | 339,030 | 0,86 | 2,42 | 10,74 |
| maio/2005 | 338,299 | -0,22 | 2,20 | 9,08 |
| junho/2005 | 336,801 | -0,44 | 1,75 | 7,12 |
| julho/2005 | 335,663 | -0,34 | 1,41 | 5,38 |
| agosto/2005 | 333,474 | -0,65 | 0,75 | 3,43 |
| setembro/2005 | 331,690 | -0,53 | 0,21 | 2,17 |
| outubro/2005 | 333,694 | 0,60 | 0,81 | 2,38 |
| novembro/2005 | 335,033 | 0,40 | 1,22 | 1,96 |
| dezembro/2005 | 335,006 | -0,01 | 1,21 | 1,21 |
| janeiro/2006 | 338,083 | 0,92 | 0,92 | 1,74 |
| fevereiro/2006 | 338,128 | 0,01 | 0,93 | 1,45 |
| março/2006 | 337,339 | -0,23 | 0,70 | 0,36 |
| abril/2006 | 335,921 | -0,42 | 0,27 | -0,92 |
| maio/2006 | 337,185 | 0,38 | 0,65 | -0,33 |
| junho/2006 | 339,712 | 0,75 | 1,40 | 0,86 |
| julho/2006 | 340,312 | 0,18 | 1,58 | 1,39 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| agosto/2006 | 341,574 | 0,37 | 1,96 | 2,43 |
| setembro/2006 | 342,561 | 0,29 | 2,26 | 3,28 |
| outubro/2006 | 344,155 | 0,47 | 2,73 | 3,13 |
| novembro/2006 | 346,746 | 0,75 | 3,50 | 3,50 |
| dezembro/2006 | 347,842 | 0,32 | 3,83 | 3,83 |
| janeiro/2007 | 349,593 | 0,50 | 0,50 | 3,40 |
| fevereiro/2007 | 350,524 | 0,27 | 0,77 | 3,67 |
| março/2007 | 351,717 | 0,34 | 1,11 | 4,26 |
| abril/2007 | 351,869 | 0,04 | 1,16 | 4,75 |
| maio/2007 | 352,020 | 0,04 | 1,20 | 4,40 |
| junho/2007 | 352,936 | 0,26 | 1,46 | 3,89 |
| julho/2007 | 353,920 | 0,28 | 1,75 | 4,00 |
| agosto/2007 | 357,404 | 0,98 | 2,75 | 4,63 |
| setembro/2007 | 361,997 | 1,29 | 4,07 | 5,67 |
| outubro/2007 | 365,794 | 1,05 | 5,16 | 6,29 |
| novembro/2007 | 368,334 | 0,69 | 5,89 | 6,23 |
| dezembro/2007 | 374,815 | 1,76 | 7,75 | 7,75 |
| janeiro/2008 | 378,900 | 1,09 | 1,09 | 8,38 |
| fevereiro/2008 | 380,906 | 0,53 | 1,63 | 8,67 |
| março/2008 | 383,731 | 0,74 | 2,38 | 9,10 |
| abril/2008 | 386,380 | 0,69 | 3,09 | 9,81 |
| maio/2008 | 392,592 | 1,61 | 4,74 | 11,53 |
| junho/2008 | 400,382 | 1,98 | 6,82 | 13,44 |
| julho/2008 | 407,446 | 1,76 | 8,71 | 15,12 |
| agosto/2008 | 406,127 | -0,32 | 8,35 | 13,63 |
| setembro/2008 | 406,557 | 0,11 | 8,47 | 12,31 |
| outubro/2008 | 410,524 | 0,98 | 9,53 | 12,23 |
| novembro/2008 | 412,104 | 0,38 | 9,95 | 11,88 |
| dezembro/2008 | 411,575 | -0,13 | 9,81 | 9,81 |
| janeiro/2009 | 409,782 | -0,44 | -0,44 | 8,15 |
| fevereiro/2009 | 410,849 | 0,26 | -0,18 | 7,86 |
| março/2009 | 407,808 | -0,74 | -0,92 | 6,27 |
| abril/2009 | 407,181 | -0,15 | -1,07 | 5,38 |
| maio/2009 | 406,885 | -0,07 | -1,14 | 3,64 |
| junho/2009 | 406,486 | -0,10 | -1,24 | 1,52 |
| julho/2009 | 404,718 | -0,43 | -1,67 | -0,67 |
| agosto/2009 | 403,253 | -0,36 | -2,02 | -0,71 |
| setembro/2009 | 404,945 | 0,42 | -1,61 | -0,40 |
| outubro/2009 | 405,129 | 0,05 | -1,57 | -1,31 |
| novembro/2009 | 405,548 | 0,10 | -1,46 | -1,59 |
| dezembro/2009 | 404,499 | -0,26 | -1,72 | -1,72 |
| janeiro/2010 | 407,049 | 0,63 | 0,63 | -0,67 |
| fevereiro/2010 | 411,843 | 1,18 | 1,82 | 0,24 |
| março/2010 | 415,734 | 0,94 | 2,78 | 1,94 |
| abril/2010 | 418,917 | 0,77 | 3,56 | 2,88 |
| maio/2010 | 423,885 | 1,19 | 4,79 | 4,18 |
| junho/2010 | 427,489 | 0,85 | 5,68 | 5,17 |
| julho/2010 | 428,150 | 0,15 | 5,85 | 5,79 |
| agosto/2010 | 431,445 | 0,77 | 6,66 | 6,99 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| setembro/2010 | 436,423 | 1,15 | 7,89 | 7,77 |
| outubro/2010 | 440,829 | 1,01 | 8,98 | 8,81 |
| novembro/2010 | 447,206 | 1,45 | 10,56 | 10,27 |
| dezembro/2010 | 450,301 | 0,69 | 11,32 | 11,32 |
| janeiro/2011 | 453,875 | 0,79 | 0,79 | 11,50 |
| fevereiro/2011 | 458,397 | 1,00 | 1,80 | 11,30 |
| março/2011 | 461,249 | 0,62 | 2,43 | 10,95 |
| abril/2011 | 463,311 | 0,45 | 2,89 | 10,60 |
| maio/2011 | 465,311 | 0,43 | 3,33 | 9,77 |
| junho/2011 | 464,463 | -0,18 | 3,15 | 8,65 |
| julho/2011 | 463,927 | -0,12 | 3,03 | 8,36 |
| agosto/2011 | 465,968 | 0,44 | 3,48 | 8,00 |
| setembro/2011 | 468,975 | 0,65 | 4,15 | 7,46 |
| outubro/2011 | 471,466 | 0,53 | 4,70 | 6,95 |
| novembro/2011 | 473,808 | 0,50 | 5,22 | 5,95 |
| dezembro/2011 | 473,252 | -0,12 | 5,10 | 5,10 |
| janeiro/2012 | 474,429 | 0,25 | 0,25 | 4,53 |
| fevereiro/2012 | 474,138 | -0,06 | 0,19 | 3,43 |
| março/2012 | 476,166 | 0,43 | 0,62 | 3,23 |
| abril/2012 | 480,229 | 0,85 | 1,47 | 3,65 |
| maio/2012 | 485,140 | 1,02 | 2,51 | 4,26 |
| junho/2012 | 488,342 | 0,66 | 3,19 | 5,14 |
| julho/2012 | 494,891 | 1,34 | 4,57 | 6,67 |
| agosto/2012 | 501,957 | 1,43 | 6,07 | 7,72 |
| setembro/2012 | 506,804 | 0,97 | 7,09 | 8,07 |
| outubro/2012 | 506,926 | 0,02 | 7,12 | 7,52 |
| novembro/2012 | 506,795 | -0,03 | 7,09 | 6,96 |
| dezembro/2012 | 510,252 | 0,68 | 7,82 | 7,82 |
| janeiro/2013 | 511,977 | 0,34 | 0,34 | 7,91 |
| fevereiro/2013 | 513,467 | 0,29 | 0,63 | 8,29 |
| março/2013 | 514,526 | 0,21 | 0,84 | 8,06 |
| abril/2013 | 515,276 | 0,15 | 0,98 | 7,30 |
| maio/2013 | 515,299 | 0,00 | 0,99 | 6,22 |
| junho/2013 | 519,153 | 0,75 | 1,74 | 6,31 |
| julho/2013 | 520,508 | 0,26 | 2,01 | 5,18 |
| agosto/2013 | 521,270 | 0,15 | 2,16 | 3,85 |
| setembro/2013 | 529,085 | 1,50 | 3,69 | 4,40 |
| outubro/2013 | 533,621 | 0,86 | 4,58 | 5,27 |
| novembro/2013 | 535,168 | 0,29 | 4,88 | 5,60 |
| dezembro/2013 | 538,370 | 0,60 | 5,51 | 5,51 |
| janeiro/2014 | 540,959 | 0,48 | 0,48 | 5,66 |
| fevereiro/2014 | 543,038 | 0,38 | 0,87 | 5,76 |
| março/2014 | 552,087 | 1,67 | 2,55 | 7,30 |
| abril/2014 | 556,420 | 0,78 | 3,35 | 7,98 |
| maio/2014 | 555,679 | -0,13 | 3,22 | 7,84 |
| junho/2014 | 551,554 | -0,74 | 2,45 | 6,24 |
| julho/2014 | 548,202 | -0,61 | 1,83 | 5,32 |
| agosto/2014 | 546,745 | -0,27 | 1,56 | 4,89 |
| setembro/2014 | 547,839 | 0,20 | 1,76 | 3,54 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| outubro/2014 | 549,396 | 0,28 | 2,05 | 2,96 |
| novembro/2014 | 554,769 | 0,98 | 3,05 | 3,66 |
| dezembro/2014 | 558,213 | 0,62 | 3,69 | 3,69 |
| janeiro/2015 | 562,482 | 0,76 | 0,76 | 3,98 |
| fevereiro/2015 | 564,004 | 0,27 | 1,04 | 3,86 |
| março/2015 | 569,536 | 0,98 | 2,03 | 3,16 |
| abril/2015 | 576,175 | 1,17 | 3,22 | 3,55 |
| maio/2015 | 578,516 | 0,41 | 3,64 | 4,11 |
| junho/2015 | 582,401 | 0,67 | 4,33 | 5,59 |
| julho/2015 | 586,426 | 0,69 | 5,05 | 6,97 |
| agosto/2015 | 588,042 | 0,28 | 5,34 | 7,55 |
| setembro/2015 | 593,606 | 0,95 | 6,34 | 8,35 |
| outubro/2015 | 604,832 | 1,89 | 8,35 | 10,09 |
| novembro/2015 | 614,051 | 1,52 | 10,00 | 10,69 |
| dezembro/2015 | 617,044 | 0,49 | 10,54 | 10,54 |
| janeiro/2016 | 624,060 | 1,14 | 1,14 | 10,95 |
| fevereiro/2016 | 632,114 | 1,29 | 2,44 | 12,08 |
| março/2016 | 635,349 | 0,51 | 2,97 | 11,56 |
| abril/2016 | 637,434 | 0,33 | 3,30 | 10,63 |
| maio/2016 | 642,651 | 0,82 | 4,15 | 11,09 |
| junho/2016 | 653,496 | 1,69 | 5,91 | 12,21 |
| julho/2016 | 654,641 | 0,18 | 6,09 | 11,63 |
| agosto/2016 | 655,602 | 0,15 | 6,25 | 11,49 |
| setembro/2016 | 656,894 | 0,20 | 6,46 | 10,66 |
| outubro/2016 | 657,927 | 0,16 | 6,63 | 8,78 |
| novembro/2016 | 657,752 | -0,03 | 6,60 | 7,12 |
| dezembro/2016 | 661,304 | 0,54 | 7,17 | 7,17 |
| janeiro/2017 | 665,542 | 0,64 | 0,64 | 6,65 |
| fevereiro/2017 | 666,099 | 0,08 | 0,73 | 5,38 |
| março/2017 | 666,197 | 0,01 | 0,74 | 4,86 |
| abril/2017 | 658,898 | -1,10 | -0,36 | 3,37 |
| maio/2017 | 652,758 | -0,93 | -1,29 | 1,57 |

# Geral

## TJ-MT mantém leis que atualizam valores em licitações

(http://www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br/uploads/images/2017/03/tj-mt-mantem-leis-que-atualizam-valores-em-licitacoes.jpg)

Compartilhe

27 Março 2017 Geral (http://www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br/categoria/geral)

Imprimir (http://www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br/themes/quatromarcosnoticias/imprimir.php?post=tj-mt-mantem-leis-que-atualizam-valores-em-licitacoes)

*As legislações municipais foram aprovadas tendo como base a resolução de consulta ao TCE-MT*

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso julgou improcedente 14 ações diretas de inconstitucionalidade arguidas pela Procuradoria Geral de Justiça contra leis municipais que atualizaram os valores de modalidades licitatórias previstas na Lei 8.666/93.

As leis municipais foram aprovadas tendo como base a resolução de consulta 17/2014 respondida pelo Tribunal de Contas em questionamento feito pela Prefeitura de Campos de Júlio, quanto à possibilidade de a Câmara Municipal aprovar lei atualizando valores que estavam congelados desde 1998.

No julgamento do TJ, ocorrido nesta quinta-feira, 23/03, por 12 votos a 9, prevaleceu o princípio da autonomia federativa.

O voto condutor foi proferido pelo desembargador Paulo da Cunha, em contraposição ao voto do relator, desembargador Sebastião de Moraes.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso, por meio de sustentação oral feita pela consultora jurídica geral Patricia Maria Paes de Barros, atuou no processo na condição de amicus curiae (amigo da causa), advogando que, enquanto república federativa, os Estados e municípios brasileiros poderiam legislar complementarmente em questões que não alteram os princípios de lei geral, como no caso de atualização de valores da Lei de Licitações.

O julgamento das 14 ADI feito pelo Tribunal de Justiça teve como primeiro processo a ação 460/2016 arguida contra lei aprovada pela Câmara Municipal de Campo Verde. O TJ tem ainda outras ADI com a mesma natureza propostas pela Procuradoria Geral de Justiça, já que inúmeras Câmaras Municipais aprovaram leis atualizando os valores das modalidades licitatórias após a aprovação da resolução de consulta pelo TCE-MT.

Resolução 17/2014

A resolução de consulta 17/2014 teve como relator originário o conselheiro substituto Luiz Carlos Pereira, cujo voto foi endossado pelo conselheiro presidente Antonio Joaquim. O Ministério Público de Contas também emitiu parecer favorável. À época do julgamento, os conselheiros defenderam o princípio federativo.

"Já está na hora de o município parar de ser tratado como um ente infantilizado e sem maturidade republicana para aprovar leis específicas", argumentou em seu voto o conselheiro Luiz Carlos.

Para o presidente Antonio Joaquim, a decisão do Tribunal de Contas de Mato Grosso, agora substanciada pelo julgamento do Tribunal de Justiça, é histórica e de vanguarda, pois vai destravar significativamente a gestão pública no caso das compras governamentais.

Ele citou o caso de milhares de diretores de escolas públicas estaduais ou municipais, que recebem recursos das Secretarias de Estado ou de Municípios para pequenas aquisições (mediante apuração de no mínimo três orçamentos) e têm que ficar encontrando as mais diversas soluções, já que para estes casos o limite previsto na Lei 8.666/93 é de R$ 8 mil. A maioria das Câmaras Municipais atualizou esses valores para em torno de o dobro.

"Infelizmente o Congresso Nacional não enfrentou até hoje a necessidade de atualizar os valores das modalidades licitatórias, medida que resolveria o caso em nível nacional. Por outro lado, temos que entender que as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, de olho na realidade local e com base em índices oficiais, têm condições e legitimidade para promoverem a atualização periódica das modalidades licitatórias, sem ferir os princípios da Lei de Licitações", ponderou o conselheiro Antonio Joaquim.

A lei de licitações estabelece como modalidades licitatórias: concorrência pública, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.

***FONTE: MIDIANEWS***

ULTIMAS NOTÍCIAS

[redacted]

(http://www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br/artigo/curso-do-tce-qualifica-pessoal-para-gerenciar-contratos-e-operar-o-geo-obras)

Curso do TCE qualifica pessoal para gerenciar contratos e operar...

(http://www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br/artigo/curso-do-tce-qualifica-pessoal-para-gerenciar-contratos-e-operar-o-geo-obras)

05 Junho 2017

TJ
Fls

**TRIBUNAL PLENO**
**DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 460/2016 - CLASSE CNJ - 95**
**COMARCA DE CAMPO VERDE**

**REQUERENTE(S): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**
**REQUERIDO(S): MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**
**AMICUS CURIAE: TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO**

**Número do Protocolo:** 460/2016
**Data de Julgamento:** 23-03-2017

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS DE MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES QUE ATUALIZARAM OS VALORES LIMITES DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS PREVISTOS NO ARTIGO 23 DA LEI 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS). CONCEITO DE *NORMAS GERAIS* DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 193 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. ALEGADA USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVADA UNIÃO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÕES (CF, ART. 22, XXVII). AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE NAS NORMAS MUNICIPAIS IMPUGNADAS PORQUE PROMOVERAM MERA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES PREVISTOS NA *LEI NACIONAL*. CONCEITO DE FEDERAÇÃO. AUTORREGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL QUE TEM RESPALDO NAS AUTONOMIAS CONFERIDAS AOS

Documento assinado digitalmente por: PAULO DA CUNHA:9695, em 20/06/2017 11:29:15
Acesso ao documento em: http://servicos.tjmt.jus.br/processos/tribunal/consulta.aspx
Chave de acesso: 2868cce3-b0a1-4a16-835a-3eb22f996388

**TRIBUNAL PLENO**
**DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 460/2016 - CLASSE CNJ - 95**
**COMARCA DE CAMPO VERDE**

ENTES FEDERADOS PELO ART. 18 DA CONSTITUÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVADO BRASIL. *PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DAS COLETIVIDADES AUTÔNOMAS.*

1) A Constituição Federal de 1988 é clara ao franquear aos estados e municípios a competência para legislarem sobre *normas específicas* em matéria de licitações e contratos administrativos, uma vez que a competência privativa da União Federal restringe-se à legislação sobre *normas gerais* (CF, art. 22, inc. XXVII).

2) A norma que estabelece os tetos de faixas licitatórias para cada modalidade de licitação, prevista no art. 23 da Lei 8.666/93, é *norma geral*, uma vez que a matéria exige uma uniformização nacional. De outro lado, não há confundir esta norma geral com a norma que atualiza monetariamente os valores historicamente previstos como tetos de faixas licitatórias.

3) As normas impugnadas na presente ação não tratam do cumprimento de preceitos fundamentais de licitações e contratações públicas, não traçam diretrizes, não falam de princípio geral, não tratam de modalidade licitatória, não tratam de direitos dos licitantes, não dispõem sobre igualdade de condições de todos os concorrentes, não criam restrições à licitação, não criam espécie de dispensa ou inexigibilidade de licitação. As normas municipais impugnadas apenas aplicaram medida anti-inflacionária nos tetos de faixas licitatórias estabelecidas no art. 23 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e, portanto, devem ser qualificadas como *normas específicas*.

4) O art. 120 da Lei 8.666/93, na parte em que estipula periodicidade e índice de revisão de valores monetários, é norma que deriva da competência privativa da União para legislar sobre

Documento assinado digitalmente por: PAULO DA CUNHA:9895, em 20/06/2017 11:29:15
Acesso ao documento em: http://servicos.tjmt.jus.br/processos/tribunal/consulta.aspx
Chave de acesso: 2868cce3-b0a1-4a18-835a-3eb22f996368

sistema monetário (art. 22, inc. VI, da CF/88). Todavia, na parte que estipula a competência para o reajuste ao Poder Executivo Federal, a fim de respeitar as autonomias dos demais entes federativos consagradas no art. 18 da CF/88, reconhece-se sua incidência apenas para as licitações e contratos administrativos a serem firmados pela Administração Pública Federal.

5) Nessa lógica, havendo lei estadual, distrital ou municipal, autorizando o respectivo Chefe do Executivo a promover a revisão anual pelo IGPM dos valores fixados na Lei 8.666/93 – para licitações e contratos administrativos de cada ente federativo distintamente – estar-se-ia cumprindo o disposto no art. 18 da CF/88.

6) Caso concreto em que, ao invés de editarem lei autorizando os respectivos Prefeitos a revisarem, anualmente, pelo IGPM, os valores ficados na Lei 8.666/93 – para as licitações a serem realizadas no âmbito territorial de cada Município -, levaram a própria matéria da revisão à competência da Câmara de Vereadores, promovendo a revisão monetária por lei.

7) Vício de inconstitucionalidade que não se verifica, uma vez que as normas municipais impugnadas afirmam o conteúdo jurídico do *princípio federalista*, em especial, do *princípio da autonomia das coletividades autônomas*, que integram o conceito de Federação, estejam ou não expressos na Constituição.

Documento assinado digitalmente por PAULO DA CUNHA:9685, em 20/06/2017 11:29:15
Acesso ao documento em: http://servicos.tjmt.jus.br/processos/tribunal/consulta.aspx
Chave de acesso: 2858cce3-b0a1-4a16-835a-3eb22f096368

Secretaria Geral do Pleno
Telefone: 3613-7602 / 7603 / 7604
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

**Processo nº** 12.174-6/2014
**Interessada** PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO
**Assunto** Consulta
**Relator** Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
**Sessão de Julgamento** 9-9-2014 – Tribunal Pleno

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2014 – TP**

**Ementa:** PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO. CONSULTA. Licitações. Normas gerais. Competência privativa da União. Normas específicas. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Fixação do Valor Limite das Modalidades Licitatórias. Artigo 23 da Lei nº 8.666/1993. Norma específica da União federal. Possibilidade Constitucional dos demais entes da federação de fixar valores distintos para fixação das modalidades licitatória, mediante lei. Necessidade de respeito à regra constitucional de submissão das aquisições, concessões e alienações mediante licitação. Possibilidade dos demais entes federados de atualizar referidos valores com base no indexador e periodicidade nacionalmente fixados pelo artigo 120 da Lei nº 8.666/1993. **a)** A competência constitucional para legislar sobre normas gerais de licitações e contratações públicas é privativa da União, cabendo aos demais entes da federação a possibilidade de legislarem acerca da matéria apenas de forma suplementar, por meio de normas específicas. **b)** A competência legislativa suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios consiste na possibilidade de regulamentar as normas gerais expedidas pela União por meio da Lei nº 8.666/1993, a fim de adequá-las às peculiaridades regionais e locais, e somente naquilo que não foi definido ou delimitado pelas normas gerais insculpidas na Lei de Licitações. **c)** O artigo 22 da Lei de Licitações que estabelece as modalidades licitatórias é norma geral, editada pela União, sendo legalmente vedada a criação de novas modalidades pelos demais entes federados. **d)** O artigo 23 da Lei de Licitações é norma específica, editada pela União com vistas a fixar os valores a que tão somente seus órgãos e entidades se sujeitam para escolha das modalidades licitatórias, sendo juridicamente possível a outros entes da

Casa Barão de Melgaço 1953 Palácio Marechal Rondon 2013

federação, a exemplo dos Municípios, estabelecerem novos valores para a definição das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993. **e)** A Lei nº 8.666/1993 revogou integralmente o Decreto-Lei nº 2.300/1986, em especial seu artigo 85, *caput*, e parágrafo único, extinguindo a vedação a que os demais entes da federação alterassem os limites máximos de valor fixados para as modalidades licitatórias, vedação esta não reproduzida pela Lei nº 8.666/1993. **f)** A eventual disciplina estadual concorrente supletiva, e a suplementar municipal, em matéria de fixação do valor das modalidades licitatórias nacionais deverá ser feita por lei em sentido formal. **g)** O valor a ser fixado pelos demais entes, a título de limite máximo para fixação das modalidades licitatórias do artigo 22 da Lei nº 8.666/1993, à luz da regra constitucional da licitação e do princípio da razoabilidade, jamais poderá servir de burla à regra constitucional de submissão das aquisições e alienações ao próprio processo licitatório. **h)** O artigo 120 da Lei nº 8.666/1993 é norma geral, editada pela União, tão somente na parte em que prescreve o indexador de reajuste dos valores fixados na referida lei, e a periodicidade do reajuste. **i)** Os Chefes do Poder Executivo poderão atualizar monetariamente os valores fixados pela Lei nº 8.666/1993, tão somente com base no indexador e na periodicidade nacionalmente fixados pelo artigo 120 da Lei nº 8.666/1993.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **12.174-6/2014.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, nos termos dos artigos 1º, XVII, 48 e 49, todos da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e dos artigos 29, XI, e 81, IV, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), **resolve**, por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, que acolheu o voto vista apresentado pelo Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira, e de acordo com o Parecer nº 2.463/2014 do Ministério Público de Contas, alterado oralmente em Sessão Plenária no sentido de acompanhar integralmente as conclusões e razões do voto vista, **responder** ao consulente que: **a)** a

competência constitucional para legislar sobre normas gerais de licitações e contratações públicas é privativa da União, cabendo aos demais entes da federação a possibilidade de legislarem acerca da matéria apenas de forma suplementar, por meio de normas específicas; **b)** a competência legislativa suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios consiste na possibilidade de regulamentar as normas gerais expedidas pela União por meio da Lei nº 8.666/1993, a fim de adequá-las às peculiaridades regionais e locais, e somente naquilo que não foi definido ou delimitado pelas normas gerais insculpidas na Lei de Licitações; **c)** o artigo 22 da Lei de Licitações que estabelece as modalidades licitatórias é norma geral, editada pela União, sendo legalmente vedada a criação de novas modalidades pelos demais entes federados; **d)** o artigo 23 da Lei de Licitações é norma específica, editada pela União com vistas a fixar os valores a que tão somente seus órgãos e entidades se sujeitam para escolha das modalidades licitatórias, sendo juridicamente possível a outros entes da federação, a exemplo dos Municípios, estabelecerem novos valores para a definição das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993; **e)** a Lei nº 8.666/1993 revogou integralmente o Decreto-Lei nº 2.300/1986, em especial seu artigo 85, *caput*, e parágrafo único, extinguindo a vedação a que os demais entes da federação alterassem os limites máximos de valor fixados para as modalidades licitatórias, vedação esta não reproduzida pela Lei nº 8.666/1993; **f)** a eventual disciplina estadual concorrente supletiva, e a suplementar municipal, em matéria de fixação do valor das modalidades licitatórias nacionais deverá ser feita por lei em sentido formal; **g)** o valor a ser fixado pelos demais entes, a título de limite máximo para fixação das modalidades licitatórias do artigo 22 da Lei nº 8.666/1993, à luz da regra constitucional da licitação e do princípio da razoabilidade, jamais poderá servir de burla à regra constitucional de submissão das aquisições e alienações ao próprio processo licitatório; **h)** o artigo 120 da Lei nº 8.666/1993 é norma geral, editada pela União, tão somente na parte em que prescreve o indexador de reajuste dos valores fixados na referida lei, e a periodicidade do reajuste; e, **i)** os Chefes do Poder Executivo poderão atualizar monetariamente os valores fixados pela Lei nº 8.666/1993, tão somente com base no indexador e na periodicidade nacionalmente fixados pelo artigo 120 da Lei nº 8.666/1993. **Encaminhe-se** ao Consulente cópia desta decisão. O inteiro teor desta decisão está disponível no site: www.tce.mt.gov.br.

Participaram do julgamento os Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO, e o Conselheiro Substituto LUIZ CARLOS PEREIRA, que estava substituindo o Conselheiro HUMBERTO BOSAIPO.

Secretaria Geral do Pleno
Telefone: 3613-7602 / 7603 / 7604
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

| | |
|---|---|
| **Processo nº** | **12.174-6/2014** |
| **Interessada** | **PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO** |
| **Assunto** | **Consulta** |
| **Relator** | **Conselheiro ANTONIO JOAQUIM** |
| **Sessão de Julgamento** | **9-9-2014 – Tribunal Pleno** |

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2014 – TP**

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2014.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)*

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS
Presidente

CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM
Relator

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador de Contas